



# CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga  
Presidente do ISB

Artigo nº 81/2009  
Contatos: secretaria@isb.org.br

## **CARLOS ALBERTO DIREITO, UMA PERDA**

No início deste mês o Brasil, e o Rio especialmente, sofreram uma perda de muito se lamentar, com o falecimento de Carlos Alberto Direito.

Foi político e foi jurista de muito se admirar e respeitar, mesmo por aqueles, como eu, que não gostavam de suas posições conservadoras. Foi um homem público honrado e aplicado, responsável, cidadão. Exercia a missão de Ministro no Supremo Tribunal Federal, a mais alta do nosso sistema judiciário, e lá, não faz muito, exarou um voto que há de ficar como um marco de sabedoria, patriotismo e lucidez na crônica dos grandes atos daquela Corte. Foi na polêmica questão da demarcação das reservas indígenas da região denominada Raposa e Terra do Sol, nos extremos do mais remoto estado da nossa Federação, em relação aos centros políticos e econômicos. Havia, de um lado, a razão, a ética, o direito dos índios, os compromissos do Brasil com esses direitos e, do outro, não apenas o interesse dos arroteiros mas o receio dos brasileiros mais conscientes de uma possível perda de soberania sobre aquele grande território situado nas fraldas da floresta amazônica. Conhecendo os votos do Relator (estudado, minucioso) e de outros Ministros favoráveis aos indígenas, Carlos Alberto Direito pediu vistas do processo, estudou-o ainda mais a fundo, e encontrou o meio correto, jurídico e judicioso, de assegurar o direito aos que o tinham verdadeiramente mas acrescentar cláusulas, dezoito condições a serem cumpridas pelos indígenas, capazes de tranquilizar a Nação Brasileira no tocante à soberania sobre aquela grande extensão de terras. E sua proposição, preclara, como dizem os juristas, foi aceita unanimemente pelos demais Ministros. Ouvi muita gente dizer nos dias seguintes que a Pátria havia sido salva.

A homenagem devida a esse grande homem público brasileiro induz ao comentário sobre o nosso Poder Judiciário que há muito eu queria fazer.

Queria e não fazia por defrontar enorme dificuldade. De informação e de conhecimento. Como é fácil, para qualquer um, homem do povo, falar do Executivo e do Legislativo: comentar, elogiar aqui, criticar ali, arrasar acolá, é realmente muito fácil e todos, mal ou bem, costumam fazê-lo. Como é difícil fazer o mesmo em relação ao distante, elevado, silencioso, opaco, togado, Egrégio Poder Judiciário.

Foi feita, em tempos recentes, a Reforma do Judiciário: muita discussão, muita polêmica (em torno da súmula vinculante, por exemplo), depois o tempo de implantação e de amadurecimento, e creio, creio mesmo, que deve ter havido alguma substancial melhora. Só que a reserva com que atua o sistema impede a opinião pública de verificar esses progressos. O que se continua a escutar é a cantilena das reclamações sobre a demora, a ineficiência e a injustiça. Tenho escutado vítimas da Justiça do Trabalho que relatam, com olhos chorosos de raiva e impotência, casos de cobranças absurdas sobre diretores e conselheiros (e não de controladores) de empresas que faliram durante a fase demolidora do neoliberalismo. Casos numerosos, não um nem dois. Tenho sabido também de sentenças primárias, em outros campos, dadas por juizes imaturos e arrogantes, de estarrecer um leigo de bom-senso. Isso, para não falar de estarrecimentos mais graves de natureza moral.

---

Instituto Solidariedade Brasil - ISB

Av. Beira Mar, nº 216 - Térreo  
Rio de Janeiro - RJ

www.isb.org.br

Tel: (21) 2285-3702  
e-mail: secretaria@isb.org.br



# CORREIO SATURNINO

Roberto Saturnino Braga  
Presidente do ISB

Artigo nº 81/2009  
Contatos: [secretaria@isb.org.br](mailto:secretaria@isb.org.br)

O fato é que Poderes são humanos e demandam contra-poderes, contrapesos. São entidades constituídas por seres falíveis e, como tais, sujeitas ao erro pequeno e ao erro grande; precisam ser observadas e corrigidas. O Executivo é fiscalizado pelo Legislativo, o Legislativo pela mídia e pela sociedade, por todo mundo. E o Judiciário? Quem o fiscaliza? Foi criado o Conselho do Judiciário mas ninguém sabe de sua atuação: que investigações já foram feitas? Quem sofreu qual punição? São raríssimas as notícias, o que faria supor que este, milagrosamente, é um Poder imune aos desvios de conduta comuns nas sociedades humanas. Recentemente, houve um certo noticiário sobre tribunais quando se tratou da restrição ao nepotismo, eis que ali também o vício proliferava, não só nos outros dois Poderes que eram focalizados. Sobre juízes, pouca notícia nos jornais. Só o acompanhamento das sessões do Supremo, quando julga questões que foram objeto de intensas campanhas da imprensa. No mais, prevalece o silêncio.

Tem que ser assim? É necessária a torre de marfim para resguardo da tranqüilidade, da independência e da autoridade dos juízes? E os legisladores, por acaso não deveriam gozar também de independência e autoridade? Não tinham antes uma redoma que lhes garantia a paz? Não era para isso que tinham imunidades? Como é que hoje se devassa tanto o Legislativo e ele continua, mal ou bem, exercendo suas imprescindíveis funções públicas? E o Judiciário, será que vai ruir se for desencapsulado? Seu múnus também não é público, não deve ser visível aos olhos do povo?

Uma questão a responder.

Enquanto esperamos, deixem que eu homenageie aqui o honrado político e juiz que tinha o sugestivo nome de Carlos Alberto Direito.

---

Instituto Solidariedade Brasil - ISB

Av. Beira Mar, nº 216 - Térreo  
Rio de Janeiro - RJ

[www.isb.org.br](http://www.isb.org.br)

Tel: (21) 2285-3702  
e-mail: [secretaria@isb.org.br](mailto:secretaria@isb.org.br)